

Paço Municipal: Praça Pe. Aurélio Basso, 378 ESTADO DO PARANÁ CNPJ 75.845.503/0001-67 - Fone (43) 3675-8000 - Fax (43) 3675-8021 - CEP 86 630-000 www.centenariodosul.pr.gov.br

Projeto de Lei Nº 018/2019

SÚMULA: Dispõe sobre o Programa de Guarda Subsidiada Provisória do Município de Centenário do Sul, Estado do Paraná, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Capítulo I

ESPECIFICAÇÕES E OBJETIVOS

Artigo 1º - Fica instituído no âmbito Municipal de Centenário do Sul, Estado do Paraná, o Programa de Guarda Subsidiada Provisória destinado a crianças e à adolescentes que estejam com seus direitos violados e em situação de risco pessoal e social, necessitando de afastamento do convívio familiar imediato, porém, acolhidos por suas famílias extensas e/ou ampliadas, evitando, assim, o acolhimento nos serviços institucionais e o não desmembramento do grupo de irmãos.

Artigo 2º - O Programa de Guarda Subsidiada Provisória é instrumento de garantia de convivência familiar e comunitária e visa auxiliar no custeio de despesas geradas com os cuidados de crianças e adolescentes inseridos em famílias que não disponham de recursos financeiros suficientes para o provimento de suas necessidades básicas.

§1º Entende-se por beneficiários desse Programa, crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, cujos pais são falecidos, desconhecidos ou que tenham sido suspensos ou destituídos do poder familiar ou em processo judicial de destituição/suspensão do poder familiar.

§2º Para efeitos desta lei considera-se:

I - família extensa ou ampliada: aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança e o adolescente convivem ou tenham a possibilidade de passar a conviver.

4



Paço Municipal: Praça Pe. Aurélio Basso, 378

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.845.503/0001-67 - Fone (43) 3675-8000 - Fax (43) 3675-8021 - CEP 86 630-000

www.centenariodosul.pr.gov.br

II - convivência familiar e comunitária: o direito assegurado às crianças e aos adolescentes de terem condições protegidas e saudáveis para o seu desenvolvimento e estabilidade nas dimensões do indivíduo e da sociedade: físico, psíquico e social. Pressupõe a existência da família e da comunidade, como espaços capazes de propiciar à criança e ao adolescente a proteção e a efetivação dos direitos próprios à condição da pessoa em desenvolvimento e, tendo como matriz o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que impõe à família, à sociedade e ao Estado, o dever de assegurar o direito à vida, à saúde e à convivência familiar e comunitária.

Capítulo II

CRITÉRIOS PARA INCLUSÃO NO PROGRAMA

Artigo 3º - São requisitos para a inclusão do beneficiário neste Programa:

I - a existência da situação de vulnerabilidade e risco da criança e do adolescente, necessitando de afastamento imediato do convívio familiar, sendo, porém, acolhidos por suas famílias extensa ou ampliada;

II - a realização de estudo socioeconômico por profissional técnico devidamente habilitado pela Assistência Social do Município, a fim de analisar as condições da família guardiã;

- III a inscrição da família guardiã no CAD ÚNICO;
- IV Possuir domicílio civil no município de Centenário do Sul;
- V O beneficiário não receber beneficio previdenciário;
- VI A tramitação de processo judicial requisitando a concessão do benefício da guarda subsidiada.

VII- Comunicação imediata ao Ministério Público sobre a necessidade da guarda subsidiada pela equipe técnica.

Artigo 4º - São condições impostas para o recebimento do subsídio:

 I - a devida matrícula e frequência da criança e do adolescente beneficiários na rede de ensino;

II - a atualização da vacinação da criança e do adolescente beneficiário;

1



Paço Municipal: Praça Pe. Aurélio Basso, 378

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.845.503/0001-67 - Fone (43) 3675-8000 - Fax (43) 3675-8021 - CEP 86 630-000

www.centenariodosul.pr.gov.br

III - a utilização do benefício exclusivamente para suprir as necessidades básicas da criança e do adolescente, garantindo-lhes, assim, o seu pleno desenvolvimento.

Parágrafo único. Para fins desta lei, entendem-se como beneficiários a criança e o adolescente, sendo que a concessão do subsídio será pago ao mantenedor da guarda e por ele gerido.

Capítulo III DO SUBSÍDIO

Seção I

Do valor

Artigo 5º - O subsídio previsto nesta lei tem como teto 01 (um) do salário mínimo vigente, a ser pago mensalmente por beneficiário.

Parágrafo único. Na hipótese de grupo de irmãos, a concessão não ultrapassará o valor de 01 salário mínimo mensal.

Seção II

Do recebimento

- **Artigo 6°** As famílias cadastradas no Serviço receberão o subsídio financeiro previsto no Art. 5°, através de depósito bancário em conta corrente ou poupança em nome do responsável pelo acolhimento;
- § 1°: a família extensa poderá optar pelo recebimento ou não do subsídio financeiro;
- § 2° A família extensa ou ampliada que tenha recebido o subsídio e não tenha cumprido as prescrições desta Lei fica obrigada ao ressarcimento da importância recebida durante o período da irregularidade.
- § 3° nos acolhimentos inferiores a 01 (um) mês, e no caso de desligamento, a família extensa ou ampliada receberá subsídio equivalente aos dias de permanência da criança e do adolescente, tomando por base no subsídio previsto no art. 5°.
- Artigo 7º O subsídio poderá ser concedido durante o tempo máximo de até 02 (dois) anos.

4



Paço Municipal: Praça Pe. Aurélio Basso, 378

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.845.503/0001-67 - Fone (43) 3675-8000 - Fax (43) 3675-8021 - CEP 86 630-000

www.centenariodosul.pr.gov.br

Parágrafo único. Excepcionalmente, o prazo a que se refere o caput poderá ser prorrogado ou revogado, após estudo socioeconômico realizado por equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social e/ou Creas do Município de Centenário do Sul e, por conseguinte, mediante determinação judicial.

Seção III

Do bloqueio ou suspensão

Artigo 8º - O subsídio será bloqueado automaticamente na hipótese de descumprimento das condicionantes previstas na presente lei, até que sejam apurados os fatos que motivaram o bloqueio.

Artigo 9º - O não comparecimento do titular da guarda, para fins do caput do art. 6º desta lei, por 02 (dois) meses consecutivos, gerará a suspensão do subsídio, a qual poderá ser revista após estudo socioeconômico pelos profissionais já mencionados.

Capítulo IV

EXCLUSÃO DO PROGRAMA

Artigo 10 - A exclusão do Programa ocorrerá mediante as seguintes circunstâncias, alternativamente:

I - restabelecimento do núcleo familiar natural;

II - óbito do beneficiário;

III - melhora na reorganização da dinâmica socioeconômica da família;

IV - quando alcançada a maioridade civil e/ou emancipação do beneficiário.

Capítulo V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 11 - O Programa de Guarda Subsidiada Provisória será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social executado e acompanhado pela equipe técnica vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social e/ou ao CREAS.

+



Paço Municipal: Praça Pe. Aurélio Basso, 378

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.845.503/0001-67 - Fone (43) 3675-8000 - Fax (43) 3675-8021 - CEP 86 630-000

www.centenariodosul.pr.gov.br

Artigo 12 - Os recursos financeiros para a concessão do Subsídio a que se refere esse Programa serão advindos do orçamento municipal.

Artigo 13 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com parecer prévio do Departamento Jurídico.

Artigo 14 - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentar, por Decreto, a presente lei.

Artigo 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 02 de setembro de 2019.

LUIZ NICACIO
Prefeito Municipal



Paço Municipal: Praça Pe. Aurélio Basso, 378 ESTADO DO PARANÁ CNPJ 75.845.503/0001-67 - Fone (43) 3675-8000 - Fax (43) 3675-8021 - CEP 86 630-000 www.centenariodosul.pr.gov.br

JUSTIFICATIVA PROJETO DE LEI DA FAMÍLIA EXTENSA

O presente projeto justifica-se diante da necessidade de acolhimento de criança/ adolescente que por determinação judicial de afastamento de sua família natural ou de origem e por estar em situação de risco por violação de seus direitos fundamentais estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, devem ser retirados de suas famílias e colocados em família substituta, que podem ser acolhidos no seio de família extensa ou ampliada, ou seja, de seus familiares consanguíneos, podendo ser tios, avós, primos, etc.

A fim de que a Prefeitura possa contribuir com a manutenção da criança/adolescente acolhido na família extensa ou ampliada, esta lei garante uma bolsa-auxílio no valor de um salário mínimo para a família que se dispuser a acolher e ser submetida a estudo socioeconômico para constatação das condições de vida da família.

A colocação em família extensa é uma medida que visa garantir a convivência familiar e comunitária, evitando assim que a criança/adolescente seja encaminhada a um abrigo institucional, visto que apesar da existência da Lei de Colocação em Família Acolhedora, não temos família cadastrada.

Centenário do Sul, 02 de setembro de 2019.

LUIZ NICACIO
Prefeito Municipal